

A Associação Nacional de Hospitais Privados reuniu especialistas na noite da última quinta-feira (10), no Anahp AO VIVO, para debater 'o novo papel dos médicos com a telessaúde'. Defendendo a importância da telemedicina para a melhoria do acesso à saúde, a entidade agora discute outros pontos que devem ser considerados para que a ferramenta continue sendo aliada dos sistemas público e privado nos cuidados com a saúde da população.

Segundo o professor associado e chefe da disciplina de Telemedicina da FMUSP, Chao Lung Wen, a ferramenta não pode ser vista como justificativa para não criar estruturas locais, mas deve ser um instrumento que consolide essas unidades. "É irresponsável achar que a telemedicina substitua tudo. Se uma gestante estiver apresentando sangramento, por exemplo, pode ser necessária uma intervenção, então é preciso ter estrutura física", argumentou. Para o acadêmico, uma boa alternativa para lugares mais isolados é a combinação de unidades móveis de deslocamento e telemedicina, para a efetividade do sistema de saúde.

Foi unanimidade entre os participantes do evento que a telemedicina não veio para substituir o médico. "O município que não colocar o médico na outra ponta [hospital] comete um equívoco. [...] A ideia é conectar médicos para trocar inteligência", explicou o 1º vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Donizetti Giamberardino. Ainda que a telemedicina seja uma importante ferramenta de acesso à saúde em regiões remotas, essa utilização deve ser a exceção e não a regra. Para eles, o ideal é que o atendimento à distância continue como na pandemia de Covid-19, com médicos mais experientes e especialistas ajudando profissionais generalistas na linha de frente.

Contudo, ainda há pontos a serem regulamentados para que o uso da tecnologia não ofereça riscos para profissionais da saúde e pacientes, como a capacitação, segurança e qualidade. Para Giovanni Cerri, presidente do conselho do Instituto de Radiologia do HC-FMUSP, somente desta forma "é possível seguir princípios éticos e aumentar o acesso".

Amplamente abordada durante o debate, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi considerada um ponto de cuidado pelos participantes. Para os especialistas, o médico que optar por utilizar a telemedicina deverá seguir as regras básicas da lei, além de atender por meio de plataformas seguras. "É preciso entender que consulta por WhatsApp não é telemedicina", pontuou Giamberardino, ressaltando que o CFM está estudando formas de proporcionar aos médicos meios de prescrição e assinatura digital seguros, já inclusos na mensalidade.

Durante o Anahp AO VIVO, os participantes defenderam que uma forma de garantir segurança e qualidade é a capacitação, desde a graduação até a residência médica. "Só a educação transforma o uso de um instrumento de forma correta", afirmou Cerri. Hoje, apenas 12 das 340 universidades com o curso de medicina possuem aulas voltadas para a telemedicina, de acordo com dado apresentado por Chao. Para solucionar esse problema, é fundamental aumentar o estímulo para a implementação.

Ainda de acordo com os especialistas, não há mais a possibilidade de escolha entre agilizar a implementação do sistema para aumentar acesso ou dar mais tempo para mitigar riscos e banalizações, uma vez que a pandemia já antecipou esse processo. Entretanto, reforçaram que a implementação deve ser organizada por regras e condições para o sistema público e privado. "A pandemia mostrou que nem sempre o hospital é o lugar mais seguro. Telemedicina é um EPI (equipamento de proteção individual) e é humanizada porque a pior forma de desumanizar é não atender", argumenta Chao.

Segundo Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp, que moderou o debate, a dificuldade de alguns municípios terem médicos presentes mostra que a telessaúde é necessária. Porém, destacou que é preciso ter uma "regulamentação que ofereça uma segurança que amplie o acesso, para que o brasileiro tenha atendimento digno, centrado no paciente e garantia de uma estrutura adequada - fatores essenciais para a utilização de ferramentas inovadoras que visam a otimização do sistema

de saúde público e privado do país.”

A discussão completa sobre ‘o novo papel dos médicos com a telessaúde’ [pode ser assistida aqui](#).

**Fonte:** Portal Hospitais Brasil, em 17.06.2021